

CB
10/11/98 8.09
03100087

PÁGINA 10: Depois de sobreviver a um ferimento a bala que atravessou seu cérebro, Gerson Brenner é pivô de uma briga entre familiares. / PÁGINA 11: Cientistas descobrem no cimento elemento para preparo da cocaína. / PÁGINA 12: Cresce no país o consumo do champanhe. / PÁGINA 13: Ministério Público investiga formação de cartel na Saúde.

BRASIL

8 Brasília, domingo, 1 de novembro de 1998

CORREIO BRAZILIENSE

EDITOR: José Negreiros. SUBEDITORES: Renato Ferraz, Antonio Vital e Luiz Alberto Weber. TELEFONE: (061) 342-1171/1172. FAX: (061) 342-1155. E-mail: brasil@cbdata.com.br



Lisandra Paraguassú e Carlos Moura
Da equipe do Correio

"Folga nego
Branco não vem cá
Se vié
O diabo há de levá
Folga nego
Branco não vem cá
Se ele vié
Pau há de levá"

Canto folclórico de Alagoas, herança do Quilombo de Palmares

Em busca das marcas do povo de Palmares

Palmares nasceu do medo. Era ainda final do século XVI quando um grupo de escravos tomou de assalto o engenho em que vivia, matou o senhor, botou fogo na plantação. Ficar na terra arrasada seria perder a vida. Palmares, então terra selvagem e desabitada, surgiu aos olhos dos negros apavorados como a única fuga possível. "Um sítio naturalmente áspero, montanhoso e agreste, com tal espessura e confusão de ramos que em muitas partes é impenetrável a toda luz; a diversidade de espinhos e árvores rasteiras serve de impedir os passos e intrincar os troncos", descreve um documento do século XVII, de autor desconhecido. Os negros fugidos eram o embrião do povo que teve a audácia de formar um país dentro da então colônia portuguesa.

Durante quase um século — de 1602 a 1696, segundo registros oficiais —, entre 20 e 30 mil negros, índios, mestiços e brancos renegados pela cultura portuguesa viveram em um território de quase 350 quilômetros quadrados de extensão em terras hoje alagoanas. Tinham leis, língua, cultura e economia próprias. Foram necessárias dezenas de expedições, milhares de réis e homens para destruir o maior quilombo que o Brasil conheceu. A expedição comandada pelo bandeirante paulista Domingos Jorge Velho — a última — deixou quase nada para a história. Negros deportados para Portugal, vendidos para senhores de engenho baianos, alguns poucos escondidos pelas matas de Palmares. Ficou o medo de falar da própria vida. Contar a história do seu povo podia significar a morte ou a deportação. No 10º episódio da série 500 Anos de Brasil, o Correio Braziliense visitou a Serra da Barriga, palco da batalha final de Palmares, e o povoado negro de Muquém. Um povo apontado como descendente de palmarinos a quem sua história foi negada.

PASSADO QUE METE MEDO

O Muquém desconhece sua história, esqueceu suas tradições, tem poucas recordações do seu passado. Do povo que um dia habitou Palmares, sua gente guarda apenas a pele negra e uma vaga lembrança de histórias de caçadas de escravos contadas por bisavós.

A cor não esconde a origem, mas ninguém no povoado admite ter um antepassado que viveu nas senzalas do Brasil colonial. "Nunca ouvi falar de Zumbi. Nunca teve um escravo na minha família", diz João da Silva, nascido em 1914, apenas 26 anos depois da escravidão ter sido abolida no Brasil. Seu João nasceu e viveu toda a vida no Muquém. Conta que a terra era do "Pai Velho", seu avô. "Era tudo mato aqui, não tinha ninguém, só a família", conta. A herança de Pai Velho são os 20 hectares que hoje representam as terras do povoado.

Terra que nunca foi comprada. Seu João guarda como um tesouro o documento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) que dá ao povo de Muquém a posse da terra. "Mas nós nunca pagamos por ela", conta, com certo orgulho. Todos os anos, os moradores juntam o dinheiro que entregam a João para pagar o imposto. Mas ninguém no povoado sabe dizer porque receberam a terra, assim como não sabem como chegaram a viver ali. "Meu pai falava que os avós dele vieram da Bahia, mas que antes eram daqui e quiseram voltar", conta José Pereira, ex-agente comunitário, funcionário da Fundação Nacional de Saúde.

TRADIÇÃO
Os negros que chegaram ao Muquém trouxeram consigo a tradição criada entre os escravos. O feijão cozido na panela de barro feita no povoado, a fé católica que nem a falta de padres — eles só aparecem duas vezes por ano — faz esmorecer. Uma das principais festas do Muquém é a Reza de Maio. Todos os dias do mês as mulheres e homens vão de casa em casa, rezando uma novena. Ninguém sabe contar quando começou, mas a história explica que é uma tradição escrava, criada nos engenhos. "O povo antigo sabia, mas não gostava muito de falar das coisas do passado", explica Quitéria Nunes da Silva, que organiza a reza. O passado não foi tempo bom pa-

ra os habitantes de Palmares. Do que foi o país criado no século XVII pelos negros na Zona da Mata alagoana, então sul da capitania de Pernambuco, ficou de herança apenas o medo de admitir ser palmarino. "A violência contra Palmares foi tão grande que seus descendentes escondiam as origens para evitar a morte ou a deportação para Portugal", explica Luis Fernando Linhares, historiador da Fundação Palmares. Durante 94 anos, os escravos fugidos dos engenhos e plantações da capitania fizeram do quilombo uma das maiores dores de cabeça do reino português em terras brasileiras. "Os negros da Guiné andam levantados, ninguém pode com eles e podem crescer de maneira que custe muito trabalho o desbaratá-los. Logo se vão para os matos, onde fazem abomináveis vivendas e ritos, de que resultam morte, furtos escandalosos e violências, motivo pelo qual não se pode atravessar o sertão comodamente de uma parte a outra", escreveu Diogo de Menezes, governador-geral da capitania, ao rei Dom João IV, em 1612. Era apenas o começo de Palmares. Durante oito décadas, os portugueses tentaram desmanchar o quilombo. Liderados por Zumbi — negro nascido em Palmares e criado até os 15 anos pelo padre português Antônio Melo, na cidade de Porto

Calvo —, os quilombolas inauguraram a guerrilha no Brasil. Quando a destruição veio, em 1696, foi total. Zumbi foi assassinado, e sua cabeça enviada a Recife, onde ficou exposta para servir de exemplo aos escravos que quisessem fugir. Os palmarinos que foram feitos prisioneiros foram vendidos para a Bahia, deportados para Portugal. "Nenhum negro palmarino poderá continuar na capitania", dizia o decreto do governador. Mas muitos continuaram nas matas, escondidos em uma terra em que os portugueses ainda não dominavam. Dessa história, o que sobrou foi a terra dos Palmares. Mais de 300 anos depois, na terra onde foi a capital palmarina, Macacos, os descendentes dos escravos alagoanos se sustentam como seus antepassados faziam: plantando. A lavoura do Muquém é comunitária, como era no quilombo. Tem milho, feijão, mandioca, um tanto de cana-de-açúcar. O que se colhe é dividido por todos, de acordo com o trabalho de cada um. Lavoura de subsistência, que mal dá para o sustento das 90 famílias do povoado. "Se a gente tivesse um dinheiro, podia comprar uma bomba para irrigar essa terra. Não ia faltar nada", sonha Francisco Pereira, 50 anos. Agricultor, ele vive do trabalho na terra do povoado e de fazer farinha

com a mandioca que planta ou compra de lavradores da região. No dia da feira, não conseguiu vender nem um quilo das duas sacas que produziu. Voltou para casa sem fazer a feira da semana. Muquém fica na beira do rio Zimbó — ou Mundaú —, o mesmo que os palmarinos usavam para entrar e sair da sua terra. Mas o principal problema do povoado é a água. Falta para colocar na terra, falta para beber, tomar banho e lavar a louça. Há dois anos, os habitantes da vila ganharam água encanada e uma bomba para tirar o sal da água, que ali é salobra. Há um ano a bomba quebrou. O povo do Muquém tem que usar o rio, poluído, para resolver qualquer coisa aqui é difícil. O povo tem medo de fazer um empréstimo para comprar uma bomba, não conseguir pagar e perder a terra", explica Benedito Manoel da Silva, presidente da Associação dos Pequenos Produtores do Muquém. Ninguém no povoado sabe como seus antepassados chegaram ali, ou como receberam a posse. Mas os 20 hectares de terra são a garantia de liberdade que o povo do Muquém não quer perder.



NOME
Muquém. Ninguém sabe ao certo a origem do nome. Uns dizem ter sido um guerreiro de Palmares. Outros, que significa "terra do barro". No dicionário, muquém (com o) é uma grelha de varas usada para assar carne. Nas senzalas, os miúdos do boi eram assados no muquém para alimentar os escravos.

TAMANHO
Pouco mais de 20 hectares.

POPULAÇÃO
462 pessoas, 126 casas

LOCALIZAÇÃO
Zona da Mata alagoana, a 76km de Maceió, dentro do município de União dos Palmares.

INDICADORES SOCIAIS

ANALFABETISMO
cerca de 60% da população
MORTALIDADE INFANTIL
10,54 para cada mil nascidos vivos

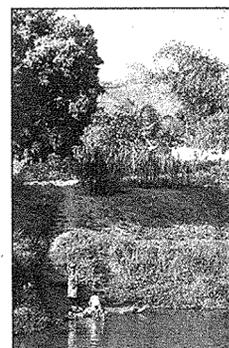


A CAPOEIRA DE VOLTA

A capoeira nasceu nas senzalas e cresceu nos quilombos. Uma luta disfarçada de dança que os negros usavam contra os senhores brancos. Entre os descendentes que habitam o Muquém, a capoeira só reapareceu há cinco anos. Obra do mestre Emanuel Cabral da Silva, que decidiu dar aulas de graça para os meninos do povoado. A capoeira cresceu. Hoje, já são 25 capoeiristas mirins, muitos sonhando em viver da luta que salvou a vida de muitos dos seus antepassados.

A ÁRVORE SAGRADA

Odam é o nome da árvore sagrada das populações africanas. Os negros fugidos levaram Odam para Palmares. Conta a história que, às margens da lagoa dos Negros, uma gameleira, hoje com mais de 300 anos, foi trazida pelos palmarinos. Ali eles faziam suas rezas e suas oferendas.



A ÁGUA DE MUQUÉM

O rio Mundaú, que contorna a Serra da Barriga, cruza o Muquém. Lá, ganha o nome de Zimbó — travessia, na língua original dos quilombolas. A história registra que era usado pelos quilombolas para entrar e sair da serra. Hoje, poluído, fornece a água do povoado. Serve para banho, para lavar roupas e panelas. Substituiu as águas das torneiras, salgada, já que a bomba que tira o sal está quebrada há um ano.



O povoado de Muquém. Ao fundo, a Serra da Barriga, palco da batalha final em Palmares

QUILOMBOS

CB
12/11/98
9 cont.

"Senhores, que hoje vos chamais assim, considerai que para passar da liberdade ao cativo não é necessária a transmigração da Babilônia, e na vossa terra pode suceder essa mudança..."

Padre Antônio Vieira, em sermão aos senhores de escravos



ARTE DE MÃE PARA FILHA

As mãos de Naide Nunes da Silva, 61 anos, modelam o barro há meio século. Antes dela, sua mãe, suas avós e bisavós trabalharam a argila encontrada nas terras do Muquém.

A cerâmica foi a arte e a sobrevivência das mulheres do povoado. Durante décadas, a técnica de fazer pratos, mingos e panelas queimadas em fornos de barro alimentados a lenha foi passada de mãe para filha. A história da cerâmica perde-se no tempo.

"Minha avó já fazia, ela me ensinou, mas nunca me contou da onde tinha aprendido", conta dona Naide. A arte do Muquém nasceu em época e lugar desconhecidos. Estudiosos afirmam que os professores podem ter sido os índios que moravam em Palmares com os negros.

"Os índios sabiam trabalhar muito com o barro e passaram a técnica para os negros", diz Paulo Sarmento, secretário de Cultura de União dos Palmares. No quilombo não faltavam peças de barro. A escavação arqueológica iniciada na Serra da Barriga mostrou que os quilombolas faziam potes, cachimbos e até urnas funerárias do mesmo barro usado nas peças de dona Naide.

A louça produzida pelas mulhe-

res do Muquém é rústica, sem enfeites ou pinturas. É feita para ser usada na cozinha, no dia-a-dia, e por muito tempo foi o utensílio que a população das cidades próximas — como União dos Palmares e Rocha Cavalcanti — conheceu. Até a chegada das panelas de alumínio.

"Com o alumínio, ninguém mais quer cozinhar em panela de barro", reclama Marinalva Bezerra da Silva, 60 anos. Mas nem ela mesma usa as panelas de barro. "Só para fazer feijão, que o resto dá muito trabalho."

PROGRESSO

O alumínio é apenas um dos responsáveis pela agonia da cerâmica de Muquém. A profissão de dona Marinalva e dona Naide está ficando no passado. As duas são as últimas louceiras do povoado. "As mais novas não querem aprender e o resto das mulheres até desistiu de fazer", conta Marinalva.

Quitéria Nunes da Silva, 45 anos, fez louça por 19 anos. Há 10 largou o barro para ajudar o marido a cultivar a terra. "Não valia mais a pena fazer. A lenha está difícil e a gente coloca as peças na feira e às vezes volta com tudo", conta.

A lenha começou a sumir na década de 40. Foi quando os usineiros tiraram o mato para come-

çar os canaviais que hoje tomam conta da paisagem em torno do Muquém. Sobrou pouca coisa e a mata que existe hoje está além das possibilidades das louceiras do Muquém. "O Ibama veio e disse que a gente não pode cortar nada", explica dona Naide.

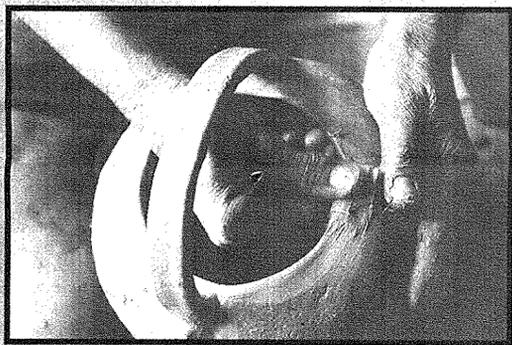
Para queimar as peças, ela e a família recolhem gravetos e pedaços de madeira na mata, até juntar o suficiente para fazer o forno de barro funcionar. Cada dia de queimada representa 60 peças prontas. O resultado vale cerca de R\$ 120. As louças custam entre R\$ 1,00 e R\$ 3,00 cada uma.

Em cada sábado, dia de feira, Marinalva arrecada cerca de R\$

10,00. "É muito barato, mas que se há de fazer? Se for mais caro, o povo não compra — fica com as de alumínio", admite.

A cerâmica do Muquém foi vencida pelo progresso. Um progresso que mal chegou às ruas empoeiradas e sem luz do povoado.

Dona Naide e o artesanato em barro que resiste ao progresso



Técnica para moldar a argila foi passada pelos índios aos quilombolas

PRESERVAÇÃO EXPULSA MORADORES

A Serra da Barriga foi refúgio e fortaleza dos quilombolas de Palmares. E a cobiça dos portugueses, que queriam os negros de volta em suas senzalas e a terra que eles ocupavam para explorar. Mais de 350 anos depois, nem tanta coisa mudou. A terra das palmeiras, hoje patrimônio histórico, abriga um povo que nasceu e cresceu nas suas en-

costas, é meio de vida e refúgio para alguns, mina de riquezas para outros.

É o lar de José Maria da Silva, o seu Zequinha, nascido há 32 anos na Serra da Barriga. O zelador do parque guarda na memória todas as trilhas, mistérios e lendas da terra de Zumbi. Já cruzou com sucuris, gatos do mato, encontrou a fonte de água doce que os escravos fugidos usavam para abastecer suas casas. "Aqui é a minha fortaleza, é de onde eu tiro o sustento da minha família", diz.

João da Silva, pai de Zequinha, chegou à serra há quase 50 anos. Não encontrou nada além de mata fechada e uma vista deslumbrante. Mas resolveu ficar. "Ele contava que era terra boa, em que se podia plantar tudo", lembra o zelador. Seu

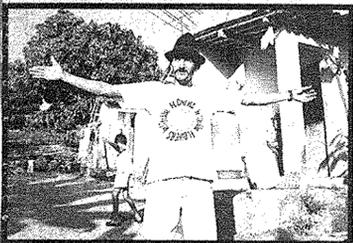
João, contam os moradores, ajudou a mandar embora as almas dos últimos escravos que vagavam pela mata e assustavam quem se atrevia a se aproximar de qualquer uma das três lagoas da serra.

Agora, quem terá que sair é Zequinha, seu João, e as outras 13 famílias que habitam a terra dos quilombolas. A plantação de mandioca, que ocupa o lugar onde já esteve a cidadela de Zumbi, terá que sumir. Transformado em patrimônio nacional,

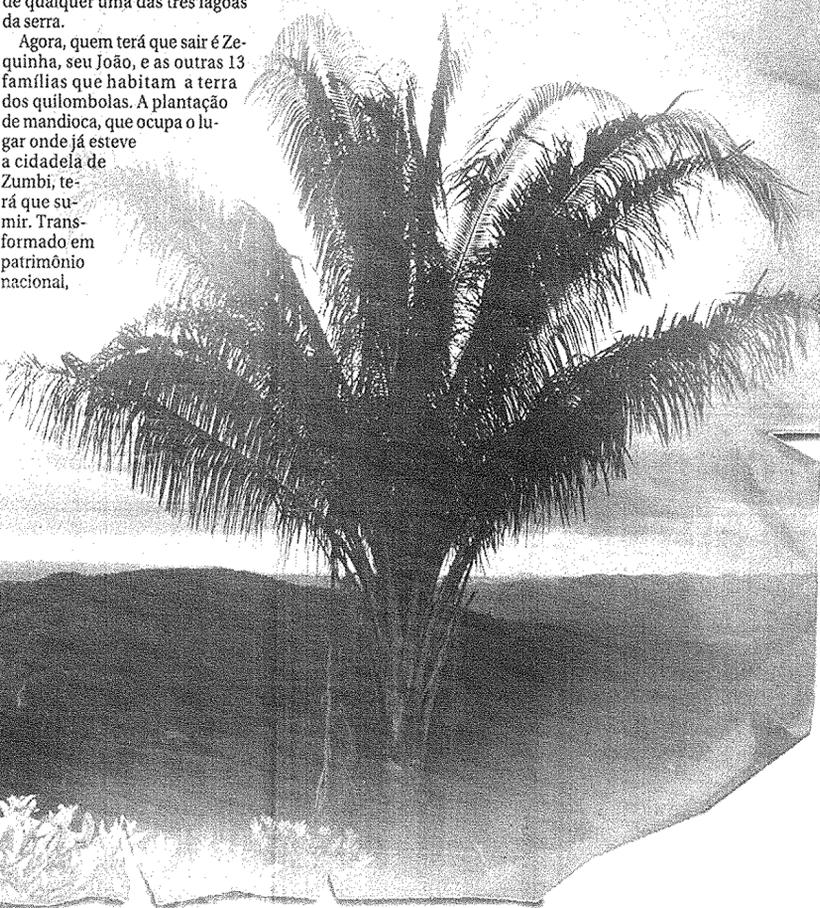
o parque será esvaziado para preservar os últimos resquícios da civilização quilombola.

Os moradores devem receber terras da União em outro lugar,

mas a mudança não vai ser fácil. "Vai ser como se tirassem uma parte de mim", diz Zequinha. "Não sei se lá fora vou viver como aqui."



Zequinha e a família terão que deixar a Serra da Barriga: "uma parte de mim"



O TESOURO DE ZUMBI

A Serra da Barriga é cercada de lendas. Uma delas diz que a Lagoa dos Negros, que fica na serra, esconde o tesouro de Zumbi. No fundo, dezenas de troncos de árvore encobririam o que o líder dos Palmares quis esconder dos olhos dos brancos. O tesouro ninguém sabe se existe. As árvores estão lá. Algumas delas — troncos inteiros — foram removidas numa das limpezas feitas na lagoa. Muitas outras continuam lá.

O FANTASMA DA LAGOA

A serra da Barriga possui três lagoas. Uma delas chama-se hoje Lagoa do Grito. O nome vem dos escravos de Palmares que ficaram depois da destruição pelos portugueses. Quem se atreve a pescar ou caçar perto da lagoa é espantado pelos gritos das almas dos palmarinos.

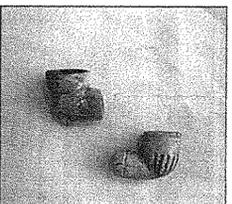


PEDRA DE AMOLAR

Uma das heranças que Zumbi teria deixado na Serra da Barriga ficou nas margens da Lagoa dos Negros: duas pedras que os guerreiros quilombolas usavam para afiar as lanças e flechas usadas nas lutas contra os brancos. As lendas, contadas de pai para filho entre os habitantes da Serra, dizem que os guerreiros molhavam as pontas das armas na lagoa e esfregavam nas pedras. Verdade ou não, as marcas — dois sulcos profundos em cada uma das rochas — não parecem ter outra explicação.

TERRA DE PALMEIRAS

Quase toda a faixa de terra da atual Alagoas que hoje se denomina Zona da Mata era chamada Palmares. Era área de mata fechada, em que predominavam as Palmeiras — pelo menos cinco tipos. Vem daí o nome dado à terra. Das Palmeiras, os quilombolas tiravam frutos, faziam vinhos, cobriam as casas com as folhas, usavam a fibra para tecer e fazer roupas. Hoje, as palmeiras ainda resistem, mas os enormes palmeirais foram quase todos derrubados para dar lugar aos canaviais.



RESTOS DE PALMARES

Pouco se sabe de como viviam os negros dos Palmares. Alguns dos utensílios usados por eles, no entanto, foram encontrados pelos moradores da Serra da Barriga escondidos no meio da vegetação. São pedaços de potes, colheres, urnas funerárias, machados de metal e pequenos cachimbos feitos de cerâmica (foto).